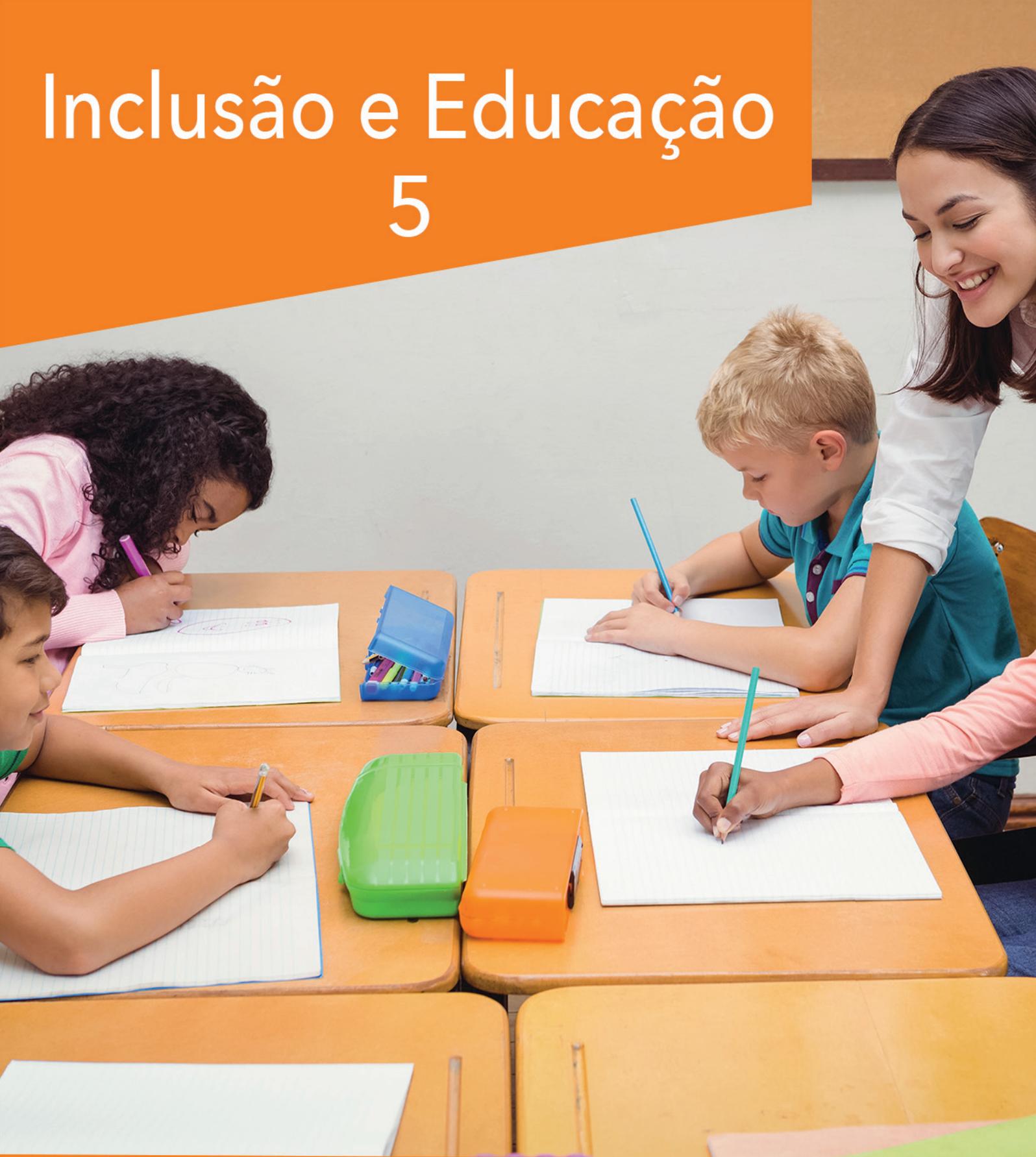


Inclusão e Educação

5



Danielle H. A. Machado
Janaína Cazini
(Organizadoras)

 **Atena**
Editora

Ano 2019

Danielle H. A. Machado
Janaína Cazini
(Organizadoras)

Inclusão e Educação

5

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

I37 Inclusão e educação 5 [recurso eletrônico] / Organizadoras Danielle H. A. Machado, Janaína Cazini. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Inclusão e Educação; v. 5)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-033-9

DOI 10.22533/at.ed.339191501

1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Aspectos sociais.
3. Educação inclusiva. 4. Professores – Formação. I. Machado,
Danielle H. A. II. Cazini, Janaína. III. Série.

CDD 379.81

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Educação e Inclusão: Desafios e oportunidades em todos as séries educacionais” aborda uma série de livros de publicação da Atena Editora, em seu V volume, com 20 capítulos, apresentam estudos sobre Formação de professores, Tutoria, Educação a distância, Orientação e Aprendizagem num universo de discentes excluídos como pessoas com deficiência, idoso e risco social.

A Educação Inclusiva é colocada a luz da reflexão social desde 1988 com a Constituição Federal Brasileira onde garante que a educação é um direito de todos e é dever do Estado oferecer Atendimento Educacional Especializado, preferencialmente na Rede regular de ensino. Que adequou as instituições, de maneira geral, a conjeturar estudos, metodologias como alternativas viáveis de inclusão educacional.

Colaborando com essa transformação educacional, este volume V é dedicado ao público de cidadãos Brasileiros que são excluídos socialmente ou por suas deficiências físicas, ou por suas deficiências tecnológicas bem como a Modalidade de Educação a Distância e toda sua beneficência massiva e transformadora da prática educacional, apresentando artigos que: refletem sobre a formação do Professor na perspectiva inclusiva; a Alternativa da Educação a Distância para suprir nas necessidades física, econômicas e sociais; Estudos de casos que apresentam desafios e soluções para os públicos em questão.

Por fim, esperamos que este livro possa fortalecer e clarificar, os leitores sobre as várias modalidades de educação como força motriz para o desenvolvimento e a formação integral do cidadão.

Danielle H. A. Machado
Janaína Cazini

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
FORMAÇÃO INICIAL DO PROFESSOR EM PEDAGOGIA: A CONCEPÇÃO DE INCLUSÃO EM DISCUSSÃO	
<i>Maria Do Rosário de Fátima Brandão de Amorim</i>	
<i>Fabiana Wanderley de Souza Moreira.</i>	
<i>Francyne Monick Freitas da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3391915011	
CAPÍTULO 2	15
PIBID DIVERSIDADE – POSSIBILIDADES PARA A FORMAÇÃO DOCENTE EM UMA PERSPECTIVA INCLUSIVA	
<i>Márcia Lúcia Nogueira de Lima Barros</i>	
<i>Neiza de Lourdes Frederico Fumes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3391915012	
CAPÍTULO 3	25
DESAFIOS DO DOCENTE NA INSERÇÃO DAS NOVAS TECNOLOGIAS EM SALA DE AULA	
<i>Edivânia Paula Gomes de Freitas</i>	
<i>Leandra da Silva Santos</i>	
<i>Maria Lúcia Serafim</i>	
<i>Meiryllianne Suzy Cruz de Azevedo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3391915013	
CAPÍTULO 4	35
AS PESQUISAS SOBRE FORMAÇÃO DOS PROFESSORES QUE ATENDEM ALUNOS COM ALTAS HABILIDADES E SUPERDOTAÇÃO	
<i>Francimar Batista Silva</i>	
<i>Celeida Maria Costa de Souza e Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3391915014	
CAPÍTULO 5	44
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: DO PERFIL A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES	
<i>Francisco Varder Braga Junior</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3391915015	
CAPÍTULO 6	54
CONSELHO DE CLASSE PARTICIPATIVO COMO EXERCÍCIO DE SUBJETIVIDADE	
<i>Lúcia Lima da Fonseca</i>	
<i>Alice Abreu</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3391915016	
CAPÍTULO 7	62
FORMAÇÃO CONTINUADA ATRAVÉS DOS DIÁRIOS DE CLASSE: LUGARES DE MEMÓRIA, FORMAÇÃO E INCLUSÃO DE DISCENTES SURDOS	
<i>Ana Lúcia Oliveira Aguiar</i>	
<i>Stenio de Brito Fernandes</i>	
<i>Charles Lamartine de Sousa Freitas</i>	
<i>Francinilda Honorato dos Santos</i>	
<i>Eliane Cota Florio</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3391915017	

CAPÍTULO 8 72

REFERENCIAIS DE QUALIDADE PARA O PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO (PPC) DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (EAD): UMA VISÃO DO MEC

Mônica Mancini

Dirceu Matheus Junior

DOI 10.22533/at.ed.3391915018

CAPÍTULO 9 91

A ESPIRAL DE APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: A IMPORTÂNCIA DO FEEDBACK NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO

Jeong Cir Deborah Zaduski

Ana Lucia Farão Carneiro de Siqueira

Denise Gregory Trentin

Klaus Schlünzen Junior

DOI 10.22533/at.ed.3391915019

CAPÍTULO 10 99

INCLUSÃO DIGITAL DO IDOSO: DE CASA PARA O MUNDO

Shirley de Souza Silva

Pâmela dos Santos Rocha

DOI 10.22533/at.ed.33919150110

CAPÍTULO 11 106

INCLUSÃO DIGITAL E CIDADANIA NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO

Antônia de Araújo Farias

DOI 10.22533/at.ed.33919150111

CAPÍTULO 12 116

REFLEXÕES SOBRE O TRABALHO DO TUTOR VIRTUAL EM CURSOS DE LICENCIATURA EM MÚSICA A DISTÂNCIA

Patrícia Lakchmi Leite Mertzig Gonçalves de Oliveira

Nubia Carla Ferreira Cabau

Maria Luisa Furlan Costa

DOI 10.22533/at.ed.33919150112

CAPÍTULO 13 127

OS RECURSOS EDUCACIONAIS ABERTOS NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Carla Plantier Message

Ana Paula Ambrósio Zanelato Marques

Raquel Rosan Christino Gitahy

Adriana Aparecida de Lima Terçariol

DOI 10.22533/at.ed.33919150113

CAPÍTULO 14 137

CIRCO E ESCOLA: O PROFESSOR COMO PRINCIPAL PERSONAGEM DA TRAMA EDUCACIONAL

Pedro Eduardo Duarte Pereira

Júlia Roberta Gomes de Sá

Alexsandra Araújo dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.33919150114

CAPÍTULO 15	149
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NUMA PROPOSTA PEDAGÓGICA INCLUSIVA	
<i>Lúcia de Mendonça Ribeiro</i>	
<i>Ionara Duarte de Góis</i>	
<i>Antônio Carlos Silva Costa</i>	
DOI 10.22533/at.ed.33919150115	
CAPÍTULO 16	160
AÇÕES DE APRENDIZAGEM EXPANSIVA PARA APROXIMAR FAMÍLIA E ESCOLA: A AGENDA COMO FERRAMENTA	
<i>Adriane Cenci</i>	
DOI 10.22533/at.ed.33919150116	
CAPÍTULO 17	172
REFLEXÕES E PROBLEMATIZAÇÕES ACERCA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	
<i>Marcos Lucena da Fonseca</i>	
<i>Maria do Carmo Barbosa de Melo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.33919150117	
CAPÍTULO 18	191
THE HISTORICAL DILEMMA INSIDE ICT IMPLEMENTATION IN EDUCATION: AN INTERCULTURAL AND INTERGENERATIONAL ISSUE	
<i>José Guillermo Reyes Rojas</i>	
DOI 10.22533/at.ed.33919150118	
CAPÍTULO 19	204
ATENDIMENTO EDUCACIONAL HOSPITALAR E DOMICILIAR: NARRATIVAS AUTOBIOGRÁFICAS DA ESCOLARIZAÇÃO NA INFÂNCIA FRENTE AO ADOECIMENTO CRÔNICO	
<i>Andréia Gomes da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.33919150119	
CAPÍTULO 20	217
CONSTRUÇÃO DE UM MATERIAL ALTERNATIVO DE CITOLOGIA: INCLUSÃO EM UM ESPAÇO NÃO-FORMAL DE APRENDIZAGEM	
<i>Miani Corrêa Quaresma</i>	
<i>Edmar Fernandes Borges Filho</i>	
<i>Bianca Venturieri</i>	
DOI 10.22533/at.ed.33919150120	
CAPÍTULO 20	231
FORMAÇÃO DOCENTE E TRANSFORMAÇÃO: ANALISANDO A FORMAÇÃO A PARTIR DA REALIDADE LOCAL	
<i>Saulo José Veloso de Andrade</i>	
<i>Patrícia Cristina de Aragão</i>	
<i>Antônio Roberto Faustino da Costa</i>	
DOI 10.22533/at.ed.33919150120	
SOBRE AS ORGANIZADORAS	241

PIBID DIVERSIDADE – POSSIBILIDADES PARA A FORMAÇÃO DOCENTE EM UMA PERSPECTIVA INCLUSIVA

Márcia Lúcia Nogueira de Lima Barros

Universidade Federal de Alagoas

Neiza de Lourdes Frederico Fumes

Universidade Federal de Alagoas

RESUMO: Este estudo reflete sobre as possibilidades do PIBID Diversidade para a formação docente e para a eliminação de barreiras de aprendizagens relacionadas aos alunos público alvo da Educação Especial na escola regular. A pesquisa é de caráter qualitativo, com abordagem colaborativa, e envolveu seis graduandas do curso de Pedagogia da Universidade Aberta do Brasil - UAB, seis professores da sala de aula comum e seis alunos de uma escola da rede municipal de Educação Básica, especialmente os envolvidos com a Sala de Recursos Multifuncionais. Os dados foram produzidos através da observação participante, com registro em diário de campo. Como resultado, percebeu-se que as bolsistas do PIBID Diversidade conseguiram propor ações para a remoção de barreiras de aprendizagem e que a participação no Pibid Diversidade, contribuiu significativamente na formação inicial das licenciandas, tornando-se um diferencial

1 O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é “[...] compreendido como o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucional e continuamente. Deve integrar a proposta pedagógica da escola, [...]atender às necessidades específicas das pessoas público-alvo da educação especial, e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas” (BRASIL, 2011, p.1).

em seu saber fazer docente.

PALAVRAS-CHAVE: PIBID – Inclusão – Formação Docente

INTRODUÇÃO

Muitos são os esforços registrados, para que a educação inclua a todos. No entanto, percebe-se que, ao mesmo tempo em que o sistema educacional brasileiro é signatário de várias convenções e declarações internacionais relacionadas aos direitos sociais, suas ações são ainda limitadas e distantes da materialização desses direitos. São também percebidas várias barreiras, desde as relacionadas aos valores hegemônicos em nossa sociedade até as de ordem físicas, sensoriais e comunicacionais.

De modo mais específico, o Brasil segue a tendência mundial, adotando um sistema educacional inclusivo e tem na oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE)¹ o principal serviço para viabilizar este processo. Também foram garantidas, principalmente nos governos de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2011) e Dilma Rousseff (2011-2016), ações

destinadas à formação de professores específicos para este serviço e o programa de implantação das Salas de Recursos Multifuncionais (SRM).

A base legal que fundamenta esta perspectiva é bastante alargada, como podemos ver nos documentos elencados a seguir: a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de 2008; Lei nº 10.048/2000; Lei nº 10.098/2000; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 10.793/2003; Lei nº 12.764/2012; Lei nº 12.796/2013; Lei nº 13.005/2014; Lei nº 13.116/2015; Decreto Federal nº 3.956/2001; Decreto Federal nº 5.296/2004; Decreto Federal nº 5.626/2005; Decreto Legislativo nº 186/2008; Decreto Federal 6.949/2009; Decreto Federal 7.611/2011; Decreto Federal nº 7.612/2011; Decreto Federal nº 8.368/2014; Resolução CNE/CEB nº 4/2009; Resolução CNE/CEB nº 4/2010; Resolução CNE/CEB nº 7/2010; entre outros.

Para Silva e Martins (2007, p. 73), a “prática da inclusão se baseia em princípios diversos, tais como: aceitação das diferenças individuais, valorização de cada indivíduo e convivência dentro da diversidade e cooperação”. A inclusão, desta forma, além de ser vista como um princípio, também deve ser compreendido como um processo. No primeiro aspecto, refere-se aos valores individuais que são construídos durante a formação dos indivíduos ao longo dos anos, e, no segundo aspecto, deve ser vista como algo contínuo e permanente.

Autores, como Mazzotta (2011), Mantoan (2003; 2006), Mittler (2003), Stainback e Stainback (1999), definem inclusão como um processo de reestruturação das escolas e da sociedade como um todo, com o objetivo de assegurar e garantir os direitos e deveres das pessoas que possuem deficiência e o respeito à diversidade humana. Dessa forma, a inclusão torna-se uma política de direitos humanos, exigindo as mesmas oportunidades, sejam elas educacionais e sociais para todos os cidadãos, devendo ser realizada de forma conjunta, sob o eixo família – escola – sociedade.

Nesse contexto, o ambiente escolar por ser voltado para a socialização, independência e desenvolvimento da consciência crítica, tem um papel fundamental no processo de inclusão. Com ela, haverá uma transformação intensa e profunda na política educacional, voltada para o acesso e a permanência, com qualidade, para todos os alunos que possuam algum tipo de deficiência, sejam elas sensoriais, físicas, intelectuais ou de aprendizagem.

Nessa perspectiva, é preciso reconhecer a diversidade e valorizar a multiplicidade dos saberes que coexistem nas instituições escolares. O fazer pedagógico, a partir desse novo paradigma, ganha proporções enormes e coloca-nos diante de uma realidade desafiadora.

Mediante a esse novo cenário, nesse artigo pretendemos discutir as possibilidades do PIBID Diversidade para a formação de professores, bem como para a eliminação de possíveis barreiras de aprendizagem para o aluno público alvo da Educação Especial (PAEE).

A inclusão escolar de alunos do público alvo da Educação Especial e alguns desafios para a formação de professores

Durante as três últimas décadas do século XX, aconteceram mudanças significativas que atingiram a relação professor/escola/sociedade e muito tem se falado quanto a imprescindível necessidade de mudanças na formação inicial e continuada, ao mesmo tempo de articular o conhecimento teórico-científico à práxis pedagógica, como destaca Gatti (2012), Imbernón (2011), Pimenta (2011), Brzezinski (2009), Tardiff (2008) e outros.

A inclusão requer que a formação de professores possibilite compreender que os alunos de uma mesma sala não são iguais, que possuem diferentes modos de entender o mundo que os cerca. Terá que problematizar e desnaturalizar questões de preconceito, preparando os professores metodologicamente para a superação das discriminações de qualquer ordem que surgirem no ambiente escolar.

Segundo Stainback e Stainback (1999) e Silva e Martins (2007), com a inclusão escolar, torna-se imperativo ao professor desenvolver habilidades que o ajude a lidar com esta nova realidade imposta pelas mudanças no sistema educacional, em que todos os alunos devem ser beneficiados com uma escola de qualidade e, principalmente, com profissionais capazes de trabalhar com as dificuldades que, porventura, apareçam.

Dentre essas demandas, está o de aprender atuar de forma colaborativa com outros professores e profissionais presentes na escola. Isso requer aprender a compartilhar metas, decisões e responsabilidades com outros profissionais, na tarefa de possibilitar um desenvolvimento pleno das capacidades de todos os alunos, incluindo aqueles que apresentam alguma deficiência (MENDES, 2006).

A parceria colaborativa é uma proposta que favorece o processo de inclusão dos alunos com deficiência, pois instiga os professores envolvidos a buscar conhecimentos e a desenvolver ações partilhadas no seu fazer pedagógico, perante os desafios que surgem no processo de inclusão do aluno com deficiência nas escolas regulares.

Uma das possibilidades de uso da colaboração na escola com vistas à promoção da aprendizagem do PAEE é o ensino colaborativo. Capellini (2004, p.226) explica que “o sucesso do ensino colaborativo está em o professor conhecer bem a si mesmo, conhecer seus pares, conhecer seus alunos e os diversos tipos de materiais e estratégias de ensino”.

Uma formação atenta aos desafios impostos pela inclusão escolar possibilitará a constituição de novos saberes que orientarão a práxis pedagógica desses professores.

ALGUNS ASPECTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa apresenta um caráter qualitativo. De forma mais particular, orienta-se

por uma perspectiva colaborativa. Segundo Ibiapina (2008), esta abordagem fortalece as atitudes, práticas e valores dos participantes do estudo, visto que compartilham conhecimentos.

Deste modo, este estudo contou com a participação de seis (06) bolsistas/graduandas do curso de Pedagogia da Universidade Aberta do Brasil (UAB) do Pibid Diversidade. Todas do terceiro período, tendo sido selecionadas para o Programa por meio de entrevistas (denominadas de Bolsista A, B, C, D, E e F). Seis (06) professores da sala de aula comum de uma escola municipal e seis (06) alunos com deficiência desta mesma escola da rede municipal de Educação Básica e atendidos na Sala de Recursos Multifuncionais.

É preciso enfatizar que as bolsistas sempre foram acompanhadas pela professora supervisora, que atuava na Sala de recursos Multifuncionais (SRM) da escola participante e era responsável por manter o elo entre as bolsistas e as professores da sala de aula comum. Também integrava o projeto uma professora universitária, que era a coordenadora e orientadora geral.

Como instrumentos para a produção de dados, foi utilizada a observação, com registro em diário de campo, onde foram postas todas as ocorrências, anotações e informações que surgiram durante o processo de investigação. A observação, segundo Lüdke e André (2008), permite acompanhar os experimentos e as vivências habituais dos sujeitos e perceber o significado que conferem à sua realidade e as suas ações.

Pibid Diversidade em Ação: possibilidades de formação e aproximação da realidade escolar

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), através do subprojeto PIBID Diversidade, tem como objetivo principal de contribuir para a formação inicial dos licenciandos de Pedagogia, no que diz respeito às suas habilidades para desenvolver práticas inclusivas que promovam a construção de uma escola inclusiva. Mais especificamente, os graduandos tiveram oportunidade de vivenciar, de forma sistemática, ações relacionadas ao Atendimento Educacional Especializado, como também práticas pedagógicas interdisciplinares no Ensino Fundamental, articulando a área da Pedagogia e Educação Especial².

O projeto PIBID Diversidade da UFAL, Construindo uma escola inclusiva para todos: contribuições do Atendimento Educacional Especializado (AEE) para a inclusão de alunos com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento, foi desenvolvido em uma escola da rede municipal de Maceió, localizada na parte alta da cidade, com alunos(as) do Ensino Fundamental, que possuía uma Sala de Recursos Multifuncionais

2 No plano legal, a definição mais atual para Educação Especial é definida pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008, p.16) como “uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os serviços e recursos próprios desse atendimento e orienta os alunos e seus professores quanto a sua utilização nas turmas comuns do ensino regular”.

(SRM), onde era oferecido o Atendimento Educacional Especializado (AEE) aos alunos do público alvo da Educação Especial da própria instituição e das circunvizinhas que faziam parte da rede municipal.

Cabe lembrar que o AEE, nas políticas educacionais atuais, constitui-se no único serviço de apoio disponível ao apoio à inclusão nas escolas públicas brasileiras, que começou a ser disponibilizado a partir de 2005, após terem sido implantadas as primeiras SRM. Sua função é “identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela” (BRASIL, 2008, p.1).

Na escola participante do PIBID Diversidade havia uma SRM e era deste espaço que partiam as ações desenvolvidas na escola, levando em consideração o papel do AEE na escolarização de alunos/as do público alvo da Educação Especial e os recursos disponíveis na SRM. De uma forma geral, o Programa de Implantação tem distribuído alguns mobiliários, materiais didáticos, recursos pedagógicos e de acessibilidade e equipamentos específicos e de uma profissional com formação para o atendimento às necessidades educacionais especiais (Resolução CNE/CEB nº 4/2009, art. 10).

Mais especificamente na escola do projeto, havia os seguintes materiais na SRM: computadores, monitores, software para comunicação alternativa, scanner, impressora laser, teclado e colmeia, mouse e acionador de pressão, laptop, mobiliários adaptados, impressora Braille, lupas manuais, lupa eletrônica, punção, soroban, guia de assinatura, plano inclinado, quadro melanínico, máquina de datilografia Braille, caneta ponta porosa, reglete de mesa, pranchas de comunicação, livros didáticos e paradidáticos impressos em Braille, letras ampliadas, globo terrestre acessível, kit de desenho geométrico acessível, quebra cabeças sobrepostos (sequência lógica), calculadora sonora, aranha-mola, engrossadores de lápis e pincéis, além de outros recursos confeccionados e voltados para o aspecto lúdico. Como também lápis grafite, de cor, hidrocor e giz cera, cola branca e colorida, folhas de EVA, cartolinas, tesouras e muitos outros materiais que fazem parte da rotina escolar e contribuem na ampliação das habilidades cognitivas e funcionais dos alunos com deficiência.

A partir deste cenário, as ações do PIBID Diversidade iniciaram-se com uma visita da coordenadora do projeto à escola para explicar aos seus gestores e coordenadores pedagógicos os objetivos do Programa, os trâmites acadêmicos pertinentes às pesquisas decorrentes, o compromisso do sigilo dos dados por parte dos envolvidos no estudo e as possibilidades de contribuições.

Concluída estas negociações iniciais de acesso, começou a haver o ingresso das bolsistas na escola, com a realização de reuniões semanais entre bolsistas, coordenadora e supervisora para o planejamento e organização das atividades a ser realizadas durante a semana.

Nas observações iniciais, as bolsistas foram incentivadas a conhecer o universo

escolar, a sua organização e seus atores, sobretudo aqueles/as que, posteriormente, seriam acompanhados/as por cada uma delas (professoras, alunos/as com deficiência e seus colegas). Estes atores faziam parte do 1º, 2º, 5º, 7º e 9º ano do Ensino Fundamental e, no caso particular dos/as alunos/as com deficiência, estes possuíam limitações visuais, intelectuais, físicas e Síndrome de Asperger.

Cabe enfatizar que para os alunos com deficiência que cursavam o 7º e 9º ano, as bolsistas realizaram suas observações nas aulas de Português e Matemática, pois estas têm um maior número de aulas e são basilares para as demais. Em relação aos alunos com deficiência que estavam no 1º, 2º e 5º anos, em que há apenas um único professor regente, as bolsistas permaneceram próximas deste único professor.

As observações destes alunos em sala de aula comum, interagindo com sua professora e seus colegas, permitiram conhecer aspectos peculiares de sua forma de aprender e de barreiras existentes que prejudicavam o seu processo de aprendizagem. Sendo assim, pode-se verificar que:

- ✓ Em relação ao aluno com Deficiência Visual verificou-se a necessidade de elaboração e adaptação de alguns materiais didáticos pedagógicos para melhor condução do processo de ensino e aprendizagem na sala de aula comum;
- ✓ Em relação aos alunos com Deficiência Intelectual observou-se a necessidade de estratégias de aprendizagem por meio de jogos e atividades;
- ✓ Em relação ao aluno com Paralisia Cerebral constatou-se que ele apresentava restrições motoras e problemas na fala; e,
- ✓ Em relação à aluna com Síndrome de Asperger notou-se ser necessário trabalhar por meio de uma parceria colaborativa com a professora de Língua Portuguesa.

Estes dados subsidiaram na proposição de projetos específicos de cada uma das bolsistas, sendo eles:

- ✓ Bolsista A: Elaboração e adaptação de materiais didáticos e pedagógicos para melhor acessibilidade no processo de ensino e aprendizagem do aluno com deficiência visual em sala de aula comum e assim ampliar a noção de diversos conceitos;
- ✓ Bolsista B, C e D: Desenvolvimento de estratégias de ensino através do uso de jogos e atividades lúdicas para alunos com deficiência intelectual, visando contribuir no processo de alfabetização (leitura e escrita) e na interação social;
- ✓ Bolsista E: Desenvolvimento de soluções ligadas ao uso de Tecnologias Assistivas e da Comunicação Alternativa, especificamente cartões de comunicação, para o aluno com Paralisia Cerebral, a fim de promover uma maior interação entre aluno/professores e aluno/colegas e ampliação da sua parti-

cipação efetiva no processo de aprendizagem; e,

- ✓ Bolsista F: Promoção de ações que levaram a constituição de uma parceria colaborativa entre a professora de Língua Portuguesa, a da SRM e a bolsista do Projeto, com o intuito de ampliar a habilidade de leitura da aluna com Síndrome de Asperger.

Como já dito, para a proposição dos projetos de pesquisa, as bolsistas foram incentivadas a considerar os dados de suas observações, como ainda deveriam fundamentar na produção científica da área da Educação Especial. Para isto, cada bolsista foi orientada a fazer leituras acerca da temática específica de seu projeto e as dúvidas que surgissem em relação aos aspectos peculiares de cada deficiência ou situação de sala eram discutidos logo após as observações e/ou levados as reuniões semanais, sendo compartilhados com todas as bolsistas.

É importante destacar que dada a ideia de o AEE dever focar, primeiramente, nas barreiras de aprendizagens existentes no ambiente escolar como um todo e ter como necessidade o desenvolvimento de uma cultura inclusiva, ficou acordado entre os/as participantes que algumas ações seriam conjuntas e serviriam como suporte para a atuação do subprojeto Pibid Diversidade na escola. Neste sentido, foram realizadas coletivamente a discussão e a análise documental do contexto da escola; a elaboração de questionário sobre o tema educação inclusiva; a elaboração e o desenvolvimento de propostas de intervenção pedagógica, com a participação do professor do AEE; e, a leitura do referencial teórico da área de Educação Especial e da base legal, tais como a Declaração de Salamanca (1994), LDBEN 9394/1996, Política de Educação Especial (2008) e outros.

Além disso, as participantes do Projeto também deveriam participar das atividades de socialização das experiências e dos conhecimentos adquiridos na escola, durante as reuniões mensais do Pibid Pedagogia UAB e deveriam se dedicar a produção e a entrega de relatórios mensais e semestrais, de caráter individual.

Também cabe salientar o quanto foi relevante a participação das discentes do Pibid Diversidade em cursos, palestras e eventos promovidos pelo Grupo de Estudos (NEEDI/UFAL), como o projeto de extensão Sextas Inclusivas, Fórum Alagoano de Educação Bilíngue, VI Encontro Alagoano de Educação Inclusiva, entre outros. Com isto, as bolsistas puderam ampliar o conhecimento na área da educação inclusiva, discutir e refletir sobre a prática pedagógica e a formação docente diante do processo de inclusão escolar.

Desta forma, as vivências e experiências metodológicas contribuíram de maneira fulcral para a formação docente das bolsistas, tendo em conta os desafios diários impostos pelo processo de inclusão escolar do/a aluno/a com deficiência na sala de aula comum. Ademais, as bolsistas puderam perceber a riqueza dos momentos de aprendizado e ampliar sobremaneira os conhecimentos existentes.

A partir da análise das observações e registros, os resultados revelaram que a

entrada do Pibid Diversidade na escola foi fundamental para a formação inicial das bolsistas, pois estas tiveram a oportunidade de articular teoria e prática no espaço escolar de uma rede pública municipal, com professores da educação básica, interagindo de forma colaborativa quando auxiliavam nas aulas e produziam recursos didáticos pedagógicos diversificados, instituindo um novo olhar para sua formação inicial.

Também foi possível observar que a chegada do Pibid Diversidade proporcionou melhorias no desempenho e participação dos/as alunos/as com deficiência em sala de aula e aumentou a interlocução da professora da Sala de Recursos Multifuncionais com os/as demais professores/as da escola e de maneira mais efetiva com os/as professores/as participantes do estudo. Houve também maior aproximação entre a Universidade e a comunidade escolar e mobilização dos/as professores/as parceiros/as do Pibid Diversidade no desenvolvimento de novas metodologias e estratégias para a promoção da inclusão do/a aluno/a com deficiência na sala de aula comum.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A necessidade de formação docente frente à inclusão de alunos com deficiência da/na escola é inquestionável e as experiências decorrentes à participação no Pibid Diversidade trouxeram inúmeros ganhos às suas participantes, tais como, o aprofundamento dos conhecimentos científicos e o desejo de se tornarem pesquisadoras; a oportunidade de vivenciar, de forma intensa e direta, o cotidiano escolar e toda a sua pluralidade; experienciar, junto aos professores, ações pedagógicas direcionadas ao processo de inclusão dos alunos PAEE; além de ser um diferencial em sua formação acadêmica.

Torna-se imprescindível ressaltar a importância do trabalho colaborativo na prática profissional envolvendo SRM e sala comum, professores e bolsistas, atores da escola e da universidade, como também na prática de pesquisa. Assim, os conhecimentos e as experiências adquiridas durante o processo, trouxeram as licenciandas um olhar de destaque para o aluno, o ensino, a escola e não mais a busca por padrões de normalidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**, de 07 de janeiro de 2008.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL. **Lei nº 10.048**, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 10.098**, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 10.436**, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 10.793**, de 1º de dezembro de 2003, que altera a redação do Art. 26, § 3º e do Art. 92 da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Lei nº 9394 de 20 de Dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, de 20 de Dezembro de 1996. Brasília.

BRASIL. **Lei nº 12.764**, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, e altera § 3º do art. 98 da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

BRASIL. **Lei nº 12.796**, de 4 de abril de 2013, que altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências.

BRASIL. **Lei nº 13.005** de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 13.116**, de 6 de julho de 2015 que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

BRASIL. **Decreto Federal nº 3.956**, de 8 de outubro de 2001, que promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência.

BRASIL. **Decreto Federal nº 5.296**, de 2 de dezembro de 2004, que regulamenta a Lei 10.048, de 08 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências.

BRASIL. **Decreto Federal nº 5.626**, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais/ LIBRAS; e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

BRASIL. **Decreto Legislativo nº 186**, de julho de 2008, que aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo.

BRASIL. **Decreto Federal 6.949**, de 25 de agosto de 2009, que promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo.

BRASIL. **Decreto Federal 7.611**, de 17 de novembro de 2011, que dispõe sobre educação especial, e o atendimento educacional especializado e dá outras providências.

BRASIL. **Decreto Federal nº 7.612**, de 17 de novembro de 2011, que institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Plano Viver sem Limite.

BRASIL. **Decreto Federal nº 8.368**, de 2 de dezembro de 2014, que regulamenta a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 4**, de 2 de outubro de 2009, que institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 4**, de 13 de julho de 2010, define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 7**, de 14 de dezembro de 2010, fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos; entre outros.

BRZEZINSKI, I. **Pedagogia, pedagogos e formação de professores**. Campinas: Papyrus, 1996.

CAPELLINI, V. L. M. F. **Avaliação das Possibilidades do Ensino Colaborativo no Processo de Inclusão Escolar do Aluno com Deficiência Mental**. São Carlos/SP: UFSCAR, 2004. Tese de Doutorado em Educação.

GATTI, B. A. O início da carreira docente no Brasil: formas de entrada, primeiras experiências profissionais e políticas educacionais. III Congresso Internacional sobre Professorado Princiante e Inserción Profesional a La Docencia. In: **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, v. 93, maio/ago. 2012.

IBIAPINA, M. L. M. **Pesquisa colaborativa: investigação, formação e produção de conhecimentos**. Brasília: Liber Livro, 2008.

IMBERNÓN, F. Formação docente e profissional: formar-se a mudança e a incerteza. Tradução Silvana Cobucci Leite. 9. Ed. São Paulo Cortez, 2011.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. Reimpressão. São Paulo: EPU, 2008.

MANTOAN, M. T. E. **O Direito de Ser, Sendo Diferente, na Escola**. In: RODRIGUES, David (org). **Inclusão e Educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006. p. 183-209.

MANTOAN, M. T. E.. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MAZZOTTA, M. J. S. . **Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011. v. 1. p.231

MENDES, E. G. O ensino colaborativo favorecendo o desenvolvimento profissional da inclusão escolar. **Educere et Educare**, Vol. 2 nº 4 jul./dez. 2006.

MITTLER, P. **Educação inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

PIMENTA, S. G.; ALMEIDA, M.I. (org.). **Pedagogia Universitária: caminhos para formação de professores**. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, K.S. B. P.; MARTINS, L. A. R. Classes regulares: ambientes de enriquecimento humano frente à diversidade? In: MARTINS, Lúcia A. R. et al (orgs). **Educação e Inclusão Social de pessoas com necessidades especiais: desafios e perspectivas**. João Pessoa: Editora Universitária, 2007. p. 73-78.

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. **Inclusão: Um guia para educadores**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. 9ª Ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 2008.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-033-9

